

Dados do Projeto de Pesquisa	
Título do Projeto de Pesquisa:	Desafios à Consolidação de Arranjos Institucionais de Governança Metropolitana – uma análise na Região Metropolitana do Cariri
Grande área/área segundo o CNPq (https://goo.gl/JB3tAs):	Ciências Sociais Aplicadas / Administração / Administração Pública
Grupo de Pesquisa vinculado ao projeto:	Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – LIEGS
Linha de pesquisa do grupo de pesquisa vinculado ao projeto:	Gestão do Desenvolvimento Territorial
Categoria do projeto:	(x) projeto em andamento, já cadastrado na PRPI () projeto não iniciado, mas aprovado previamente () projeto novo, ainda não avaliado
Palavras-chave:	Governança; Região metropolitana; desenvolvimento territorial; Arranjos institucionais.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa se insere em uma agenda de investigação em curso sobre arranjos institucionais de governança na Região Metropolitana do Cariri (RMC), e se propõe a analisar os fatores que condicionam o estabelecimento destes arranjos institucionais, favorecendo ou dificultando a sua consolidação. O projeto dá continuidade a um estudo iniciado em 2017 (apoiado no âmbito do EDITAL UNIFICADO Nº 01/2017 – CHAMADA PIICT e do EDITAL Nº 02/2018/PRPI - Chamada PIICT/CNPq-UFCA).

A primeira etapa do estudo – realizada no período entre 2017 e 2018 – permitiu uma caracterização do arranjo configurado pela RMC em termos de estrutura e composição, bem como uma análise da sua importância estratégica para impulsionar as ações de desenvolvimento territorial na sua área de abrangência. A segunda etapa da pesquisa – iniciada em 2018 e ainda em andamento – tem avançado na identificação e categorização dos elementos dificultadores e impulsionadores da governança metropolitana, com implicações na forma de integração intermunicipal e no planejamento e execução das políticas públicas. Tais resultados estão diretamente relacionados ao objetivo 1 do projeto de pesquisa. Outra evidência, ainda parcial – relacionada ao objetivo 2 – é a baixa participação da sociedade civil na discussão metropolitana, o que foi verificado a partir da observação das audiências públicas e seminários, bem como pela análise das listas de presença e relatórios dos eventos. Tal achado chama atenção para a necessária preocupação com a democratização da gestão metropolitana e a necessidade de compreender as motivações para essa falta de interesse por parte da sociedade civil e, a partir daí, identificar possibilidades de uma efetiva participação social no planejamento e gestão da RMC. Neste sentido, a última etapa do estudo (a ser realizada entre 2019 e 2020) propõe aprofundar o escopo do objetivo de pesquisa 2, e analisar a percepção da sociedade civil sobre a RMC, os significados atribuídos à esta nova territorialidade e as implicações em termos de participação nos espaços de discussão. Com isso, espera-se avançar no debate mais amplo sobre gestão democrática de cidades e regiões metropolitanas, apontando caminhos para uma gestão social dos espaços metropolitanos.

1.1. Justificativa

As evidências sobre o estreito relacionamento entre território e desenvolvimento (SANTOS, 1994; BOISIER, 2003; BRANDÃO, 2012) e sua articulação com processos de gestão (FISCHER et al., 2002; SPINK, 2001; SILVA, 2003a; DALLABRIDA e BECKER, 2003) têm aberto um espaço cada vez maior de discussão de conceitos e práticas situadas na interface entre estes objetos de estudo e seus campos. O debate ultrapassa os limites acadêmicos e científicos, interessando também a gestores e formuladores de projetos e políticas públicas (STEINBERGER, 2013), sobretudo nos últimos anos, quando se observa no Brasil uma valorização do território como recorte privilegiado para a ação das políticas públicas.

Verifica-se neste cenário a estruturação de redes e outros arranjos interorganizacionais (ALTER e HAGE, 1993; FISCHER e MELO, 2004; GOULART, 2006; SILVA, 2014), considerados como estruturas capazes de dar conta da condução dos processos de desenvolvimento em diversas escalas territoriais. Exemplos disso são os arranjos produtivos locais, consórcios, parcerias, conselhos e colegiados territoriais, incentivados por governos e políticas públicas em diferentes setores e formados por organizações públicas, privadas e da sociedade civil, conectadas por propósitos comuns ou complementares, com ação direta no território.

No que respeita à tentativa de construir conhecimento sobre processos de gestão e desenvolvimento territorial, seja em termos analíticos ou de intervenção, coloca-se a necessidade de eleger um recorte espacial, não com a intenção de reduzi-lo, mas pelo imperativo de delimitar o espectro de análise e ação, ainda que isso implique olhar apenas para "uma parte do espaço e o espaço de alguns" (SANTOS, 1994).

Um cenário profícuo para a análise e discussão sobre a gestão orientada ao desenvolvimento é a cidade. Como apontam Rolnik e Klink (2011), o papel das cidades no processo de reestruturação produtivo-territorial e de globalização tem sido tema de uma literatura crescente. Ainda segundo os autores, tais estudos despontaram a partir dos anos 90, com contribuições de vertentes como a nova ortodoxia econômica espacial e o urbanismo industrial.

Some-se a isso o acelerado ritmo de urbanização experimentado na contemporaneidade que, por seus impactos na configuração das sociedades, da economia e das culturas, constitui terreno fértil de oportunidades de investigação. Isso tem feito com que a cidade ganhe importância e retome a cena dos debates acadêmicos e políticos, sendo considerada como objeto de análise e de ação das políticas públicas. Como já pôde ser observado, por suas múltiplas imbricações e importantes implicações, o debate extrapola os limites do campo do urbanismo e insere-se nas discussões de outras áreas do conhecimento, inclusive a administração pública.

Fischer (2002, p.15) coloca a cidade como alvo de múltiplos olhares que podem se cruzar nas rotas transdisciplinares dos estudos organizacionais e dos estudos urbanos. Convém ainda destacar o interesse provocado pela ascensão, a partir da década de 90, de governos democrático-populares em diversas cidades do Brasil e da

América Latina (MOURA, 1997; SPINK, 2001), fortalecendo uma agenda de pesquisa em torno dos governos locais (FARAH, 1997, 2000, 2008), ou do que se convencionou denominar de poderes locais (FISCHER, 1991, 1992, 1993, 1997, 2002).

Para além do debate acadêmico, a cidade e a problemática urbana tem ocupado espaço também nas discussões políticas. No âmbito das políticas públicas e de organismos internacionais, ganham força os discursos de criação de projetos estratégicos de cidades e territórios. No Brasil, verificam-se intensas transformações na ordem urbana e na infraestrutura das cidades.

E neste cenário que ganha força o debate sobre as regiões metropolitanas, caracterizadas pela alta densidade populacional e pela concentração de atividades econômicas, cujos limites não coincidem com os das jurisdições que os constituem (OBSERVATORIO DAS METRÓPOLES, 2009) e consideradas como importantes instrumentos de coordenação intergovernamental e cooperação para a execução de políticas e serviços públicos. Em que pesem os avanços em termos jurídicos e institucionais em termos de reconhecimento de aglomerados urbanos enquanto regiões metropolitanas, observa-se também diferenças substanciais quanto à integração dos municípios à dinâmica da aglomeração, entendida como o adensamento de fluxos econômicos e populacionais. Disso resultam unidades regionais bastante diferentes quanto ao efetivo processo de metropolização, o que dificulta a construção de sistemas de governança metropolitana.

A preocupação com a questão metropolitana não é recente: o debate se inicia nas décadas de 1960 e 1970, reunindo a academia e os órgãos de pesquisa, mas também de partidos políticos e órgãos de governo, em torno de problemas ligados à aceleração do processo de urbanização. Entre os anos 1960 e 1970, a taxa de urbanização saltou de 45% da população brasileira para 56%. Na região Sudeste, ela passa de 57% para 73%. A coordenação do planejamento e gestão de territórios onde despontava o fenômeno da metropolização passou por experiências encabeçadas por municípios – como no caso de Porto Alegre – ou por prefeitura e governo federal – como Belém, entre outras.

Após 1964, a coordenação das políticas urbanas, em particular nesses territórios, foi assumida pelo governo federal. Além de contar com órgãos voltados ao estudo e desenho de políticas, como o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada – EPEA, atual IPEA, as políticas setoriais eram operadas por empresas públicas, subordinadas a diversos ministérios, com garantia de recursos e agilidade em sua alocação, como o Banco Nacional de Habitação – BNH. A criação das regiões metropolitanas estava relacionada à política nacional de desenvolvimento urbano, à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como locus desse processo. Caberia assim, ao governo federal, tomar a iniciativa de integrar, de forma planejada, a ação de estados e municípios nessas regiões. A percepção da importância econômica e política das áreas metropolitanas levou à constitucionalização da matéria, conferindo à União a prerrogativa de instituir regiões metropolitanas, por meio de Lei Complementar. A forma adotada era consistente com o modelo centralizador do governo autoritário, que manteve as rédeas do processo, trabalhando junto aos órgãos estaduais responsáveis pela execução e coordenação das políticas setoriais nesses territórios.

A partir da Constituição de 88, duas mudanças impactaram sobremaneira a discussão sobre a questão metropolitana. A primeira foi a competência para instituir regiões metropolitanas, que passou a ser dos governos estaduais. A segunda foi a autonomia obtida pelos municípios, que passaram a ser considerados como um ente federativo. De acordo com Garson (2009), a ação coordenada em territórios metropolitanos padece das dificuldades do sistema federativo brasileiro, destacando-se a inexistência de instâncias de cooperação que permitam reduzir as desigualdades inter e intra-regionais. Para Melo (2000, p.19), a autonomia municipal instaurada pela Constituição trouxe maior complexidade à construção de sistemas de governança metropolitana, ao estimular comportamentos não cooperativos: a competição fiscal e o neolocalismo, este fazendo crer que grande parte dos problemas pode ser resolvida localmente.

A Região Metropolitana do Cariri – RMC foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 78, de junho de 2009, a partir da conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. De acordo com o IBGE (2010) a Região Metropolitana do Cariri possui uma população total de 564.478 habitantes, dos quais 76% vivem na referida conurbação. Integram ainda a RMC outros seis municípios limítrofes, quais sejam: Caririagu, Missão Velha, Farias Brito, Jardim, Nova Olinda, Santana do Cariri. Uma das principais justificativas para a sua criação foi a de constituir-se enquanto alternativa de redução das desigualdades socioeconômicas existentes entre Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Ceará.

Como metrópole regional inserida em um contexto de desigualdades inter e intraregionais e criada em um momento complexo, marcado por intensa crise fiscal e restrição de gastos e investimentos, a região metropolitana do Cariri enfrenta uma série de dificuldades à sua consolidação enquanto efetivo instrumento de desenvolvimento regional.

Todavia, reconhece-se aqui que, tão importante quanto a análise e identificação dos problemas resultantes do modelo de gestão metropolitana, é a elaboração de alternativas capazes de atenuar o quadro de precariedades experimentadas pelos habitantes destes territórios e apontar caminhos para o aprimoramento da política.

O fato de ser recém criada abre caminhos também para a estruturação de arranjos inovadores de gestão e governança metropolitana, o que inaugura importantes possibilidades em termos de pesquisa e desenvolvimento. Some-se a isso o papel estratégico que pode ser assumido pela Universidade Federal do Cariri na produção de conhecimento e sistematização de informações sobre a RMC e na atuação junto aos poderes públicos para o fortalecimento da governança metropolitana. Para além da produção de conhecimento e contribuição às políticas públicas, convém destacar ainda que esta pesquisa está inserida em um conjunto articulado de ações desenvolvidas pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS/UFCA), na linha de Pesquisa Gestão do Desenvolvimento Territorial, que envolve outros projetos de ensino, extensão e cultura, contribuindo também para as disciplinas do curso de Administração Pública voltadas à discussão das cidades e territórios.

Por fim, convém destacar a vinculação deste projeto a um programa de pesquisa sobre gestão de cidades e regiões metropolitanas, no âmbito da parceria recém- firmada entre a Universidade Federal do Cariri, a Universidade Estadual do Ceará e

e Universidade de Lisboa, que prevê a realização de um conjunto de estudos comparativos das dinâmicas de gestão das Regiões Metropolitanas do Cariri e Fortaleza, no Brasil, e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em Portugal.

1.2. Referencial teórico

Tendo em vista a agenda de pesquisa que abriga este projeto, alguns constructos comparecem como centrais para a discussão. Entre eles se destacam a noção de governança e de arranjos institucionais. Um elemento que transversaliza a discussão teórica é o da participação social.

O construto governança remete a uma polissemia de conceitos e multiplicidade de abordagens, algumas delas complementares, outras, nem tanto. Seu uso permeia ainda diversos campos de conhecimento, dentro e fora das Ciências Sociais. Seu primeiro registro é encontrado na obra de Coase (1937), *The Nature of the Firm*, sendo retomado posteriormente por Williamson (1970), para tratar das decisões e operações empresariais relacionadas à hierarquização e terceirização.

No campo da ação pública estatal, a noção clássica de governança estava sempre relacionada à ação do Estado e aos processos de decisão dos governos. Todavia, os estudos contemporâneos, sobretudo a partir dos anos 90, reconhecem que a concepção de governança extrapola o ato de governar e está para além da ação dos governos, envolvendo sua articulação e compartilhamento de decisões com outros atores sociais.

Governa (2010) chama atenção para as diferenças significativas entre as concepções tradicionais e as novas formas de governança. A autora afirma que, nas concepções tradicionais, ainda que haja participação de outros atores, o poder de decisão deles é relativo, estando subordinado à ação do Estado. O Estado figura como coordenador das interações entre os atores, definindo as prioridades e as formas de relação entre os diferentes atores e interesses (GOVERNA, 2010, p.676). As novas formas de governança se distinguem deste modelo tradicional, tanto pela pluralidade das relações entre atores quanto pela coexistência de formas de interação formais e informais entre atores públicos e privados, muitas das quais travadas fora da arena estatal.

Rosenau (2000, apud DALLABRIDA e BECKER, 2003, p. 80) faz uma diferenciação entre governo e governança. Para o autor, governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, de poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências.

Para Hatchuel (2000) governança pode ser entendida como o poder compartilhado ou a ação coletiva gerenciada, deliberada e sistemática. A natureza horizontal, democrática e participativa da governança passa a ser valorizada.

Milani e Solinís (2002, p.273) elencam alguns aspectos frequentemente evidenciados na literatura sobre governança, entre eles: a legitimidade do espaço

público em constituição; a repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados; os processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e mecanismos de coordenação) e a descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar.

Como conceito polissêmico, a governança é apropriada e qualificada de diferentes formas e em diferentes campos. Surgem então qualificativos como: Governança Corporativa (WILLIAMSON, 1991); Governança Pública (KISSLER e HEIDEMANN, 2006); Governança Social (KNOPP e ALCOFORADO, 2010); Governança Democrática (CARRION e COSTA, 2010) Governança Urbana (HARVEY, 1989; PIERRE, 1999; GOVERNA, 2010), Governança Territorial (DALLABRIDA e BECKER, 2003; DALLABRIDA, 2007; 2013), dentre outros. A pretensão aqui não é discutir em detalhes as várias concepções, mas apresentar um breve panorama do estado da arte do tema, em virtude dos objetivos da pesquisa.

Para Frey (2012), a noção de governança metropolitana é útil por aportar novas respostas articuladas e interescares para os problemas urbanos, e evidenciar o papel cada vez mais ativo exercido pelas metrópoles ou cidades regiões. Para além do componente institucional exercido pelos acordos formais entre governos e organismos públicos, convém observar também os diversos fluxos de relações e redes que se estabelecem entre os distintos atores não estatais e a forma como também contribuem para o desenvolvimento metropolitano, sobretudo assumindo o desafios de articulá-las às práticas institucionais já existentes e fortalecer os arranjos metropolitanos.

O segundo elemento da discussão está relacionado à noção de arranjo institucional, entendido como o conjunto de acordos formais e informais que organizam a ação coletiva (SILVA, 2017) e está na origem das estruturas de governança. Diversas são as formas de organização da ação coletiva, tais como fóruns, conselhos, consórcios, colegiados, associações, coletivos, grupos de trabalho e outros, assim como as estruturas organizacionais que podem assumir, desde modelos mais formais e rígidos até formatos mais dinâmicos que se reconfiguram ao longo do tempo a partir das novas demandas. A forma como os diferentes atores são representados e ouvidos, a democratização das decisões e o envolvimento da coletividade são componentes da estrutura.

Interessa observar a ação organizada e a estruturação do bloco socioterritorial (DALLABRIDA; BECKER, 2003), analisando a forma como os atores são representados e ouvidos e como se dão os processos de decisão (DALLABRIDA, 2015) e o envolvimento da coletividade, sem perder de vista o contexto cultural e identitário que possibilita e dá lugar a esse arranjo (SILVA, 2003; FISCHER, 2002). Em última instância, trata-se de compreender a dinâmica organizacional urdida no território e as tentativas de construção de uma ambiência favorável ao seu desenvolvimento a partir das interações entre os atores e da construção de convergências, sem perder de vista o imperativo de participação da sociedade. No caso em questão, estes arranjos são representados pelas estruturas de governança articuladas localmente para a condução dos processos de desenvolvimento metropolitano.

2. OBJETIVOS

1. Analisar os fatores que condicionam o estabelecimento dos arranjos institucionais de governança metropolitana, impulsionando ou dificultando a sua consolidação;
2. Identificar as possibilidades de efetivação da participação social no planejamento e gestão da Região Metropolitana do Cariri;
3. Organizar um repositório virtual com informações, estudos e pesquisas sobre a Região Metropolitana do Cariri.

3. METODOLOGIA

Uma vez apresentadas as motivações para a realização desta pesquisa, as questões que a norteiam e seus pressupostos, expõem-se aqui os aspectos teóricos e metodológicos, essenciais à estrutura do trabalho.

Este é um trabalho sobre recortes urbanos complexos. Por mais trivial que esta informação seja, percebe-se a importância de reforça-la desde quando, como afirma Fischer (1997, p.75), entender a cidade como organização desafia a capacidade de construir categorias ou modelos explicativos sem mutilar ou destruir significados e sentidos. Compartilha-se aqui o entendimento de que há especificidades na pesquisa social que trazem implicações metodológicas para aquele que almeja construir conhecimento sobre a realidade em sua dimensão não natural, isto é, numa dimensão distinta dos fenômenos físico-naturais, a saber, a dimensão humana, aquela que é, por constituição, social e histórica (MINAYO, 2004).

A pesquisa adotará uma abordagem quali-quantitativa, desde a coleta até a análise e interpretação dos dados (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008), utilizando-se da abordagem de estudo de caso. No que diz respeito à sua natureza, e em conformidade com a classificação proposta por Romenyia e colaboradores (1998), este estudo se classifica como teórico-empírico, na medida em que discute postulados e pressupostos teórico-conceituais ao tempo em que analisa os efeitos dos processos que acontecem no campo empírico. Trata-se ainda de um estudo descritivo-explicativo (VERGARA, 2005). A coleta dos dados e informações se dará a partir de pesquisa documental em fontes diversas, bem como de entrevistas com informantes-chave, realização de grupos focais e aplicação de questionários.

Para a consecução do primeiro objetivo da pesquisa, será conduzida uma revisão sistemática da literatura sobre arranjos institucionais e governança metropolitana em indexadores e bases nacionais nas áreas de administração, administração pública e planejamento urbano e regional. Adicionalmente, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com membros do Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – CRMC. As informações obtidas nas entrevistas serão tratadas com base na técnica de análise de conteúdo, utilizando o software Nvivo.

O segundo objetivo será perseguido a partir da técnica de observação estruturada, durante as audiências públicas de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Cariri e pesquisa documental, tendo como fonte as listas de presença e relatórios das referidas audiências públicas. Em complemento, serão realizados 02 grupos focais, sendo um deles com representantes de movimentos sociais emergentes nos municípios da RMC, e outro com membros de conselhos gestores de

políticas públicas que estejam relacionadas às funções públicas de interesse comum. Além disso, será aplicado um questionário com o objetivo de averiguar a percepção da sociedade civil sobre a RMC, os significados atribuídos à esta nova territorialidade e as implicações em termos de participação social nos espaços de discussão metropolitanos. Levando-se em conta a estimativa de população da RMC para o ano de 2018, um nível de confiança de 95%, um erro amostral de 5% e a heterogeneidade da população, serão aplicados cerca de 385 questionários, com habitantes dos 09 municípios que integram a RMC.

Para a realização do objetivo 3, propõe-se a criação de um ambiente virtual (site; blog; repositório) por meio do qual sejam disseminadas informações e resultados de estudos sobre a RMC. Os materiais a serem disponibilizados serão oriundos de tratamento e análise de dados secundários sobre a Região Metropolitana do Cariri, bem como de busca em bases de dados e repositórios institucionais de universidades e outras instituições de ensino da região. Os materiais serão catalogados e sistematizados em eixos temáticos, contribuindo assim para a publicização de informações e a disseminação de conhecimento sobre a RMC, que seja útil a outros pesquisadores interessados no tema, bem como à sociedade em geral.

4. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS OU DE INOVAÇÃO DO PROJETO

Entre as principais contribuições científicas, tecnológicas e de inovação do projeto está o avanço na discussão teórica sobre arranjos institucionais de governança e sobre participação social na gestão metropolitana. No momento em que se discute a adequação dos dispositivos de gestão metropolitana ao arcabouço normativo do estatuto da metrópole – instituído em 2015 – essa discussão se mostra bastante pertinente. Ressalta-se ainda a relevância social do presente estudo e sua potencial contribuição à consolidação da Região Metropolitana do Cariri, fornecendo subsídios úteis à elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Por fim, convém destacar a contribuição da base de dados sobre a RMC em termos de sistematização de conhecimentos, o que auxiliará gestores, pesquisadores e a sociedade em geral na obtenção de informações sobre a realidade local.

Como resultado, espera-se que esta pesquisa fortaleça a agenda de investigação sobre a realidade urbana do Cariri cearense e auxilie os gestores públicos na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento do território.

Como produtos finais resultantes deste projeto de pesquisa, espera-se:

- Relatório final de pesquisa publicado;
- 01 artigo científico publicado em anais de evento;
- 01 artigo submetido em periódico nacional;
- 01 livro organizado com os resultados dos 3 anos da pesquisa;
- 01 trabalho de IC apresentado em encontro acadêmico da UFCA;
- 01 repositório virtual com informações sobre a Região Metropolitana do Cariri.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Atividade	Ano 1												Ano 2												Ano 3													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Formação dos bolsistas																																						
G. estudos Gestão Cidades																																						
Levant. Bibliográfico																																						
Rev. Literatura																																						
Construção do Ref. Teórico																																						
Levant. Dados Secundários																																						
Pesquisa Documental																																						
1º Relatório Parcial																																						
Elabor. RoteiroObservação																																						
Observ.AudiênciasPúblicas																																						
Elabor.RoteiroEntrevistas																																						
Realização Entrevistas																																						
Tratamento e Análise																																						
Criação AmbienteVirtual																																						
Aliment. AmbienteVirtual																																						
2º Relatório parcial																																						
Desenho EtapaQuantitativa																																						
Desenv. EscalaDePercepção																																						
Validação Escala																																						
Elaboração Questionário																																						
Aplicação Questionário																																						
Tratamento e análise																																						
3º Relatório parcial																																						
Organização Publicações																																						
Relatório Final																																						

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas SP: Editora da Unicamp. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Editora Huncitec, 1996.

CARRION, Rosinha; COSTA, Pedro. Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis. **Espacio Abierto**, v. 19, n. 4, outubro-diciembre, p. 621-640, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Urban renewal and social conflict in Paris**. 1972.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança no/do Território, Logo, Governança Territorial: Distância Entre Concepções Teóricas e a Prática. In: XV Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. (**Anais**). Recife- PE, Maio, 2013.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: v. 11, n. 245, 2007.

_____; BECKER, Dinizar. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, julho-dezembro, 2003.

DESLAURIERS, J-P; KÉRISIT, M. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In:

POUPART et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, p. 127-153, 2008.

FISCHER, Tânia. O Futuro da Gestão. **HSM Management**, v.10, n.64, set./out., 2007.

_____. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão: Introdução a uma Agenda. In:

_____. (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos Teóricos e Avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

_____. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais — Salvador da Bahia, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 74-88, maio/jun. 1997.

_____. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: FISCHER, T. **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FLORENCE, Afonso. O Fenômeno Urbano como Fenômeno Cultural. In: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata. **Políticas Culturais para as Cidades.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FREY, Klaus. Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana.** Curitiba, v. 4, n. 1, p. 87-102, Junho, 2012.

_____. Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan./Abr. 2007.

GOVERNA, Francesca. Competitiveness and cohesion: urban government and governance's strains of Italian cities. **Análise Social**, v.45, n.º 197, p. 663-683, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, A. (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. Epílogo. p.393-419.

HATCHUEL, A. Prospective et gouvernance: quelle théorie de l'action collective. In: HEUGEON, E.; LANDRIEU, J. (coord.) Perspective pour une gouvernance démocratique. **Colloque de Cerisy**: Éditions de l'aube, 2000.

HISSA, Cássio. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M.T.F. E MILANI, C.R.S (Org), **Compreendendo a Complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

KISSLER, Leo. & HEIDEMANN, Francisco. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Rev. Adm. Pública** . vol.40, n.3, pp. 479-499, 2006.

KNOPP, G. ALCOROFADO, F. Governança Social, Intersetorialidade e Territorialidade em Políticas Públicas: O Caso da OSCIP Centro Mineiro De Alianças Intersetoriais (CEMAIS). **III Congresso CONSAD de Gestão Pública**, 2010

MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs). **Democracia e governança mundial – que regulações para o século XXI**. Porto Alegre: UFRGS/Unesco, 2002.

MYNAYO, M. C. DE S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 8º ed., 2004.

PINHO, José Antonio G. Gestão Social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, Ariádne; SILVA JR, Jeová T.; SCHOMMER, Paula; CANÇADO, Airton. **Gestão Social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

_____; SANTOS, Maria Elisabete P. Aporias em torno do conceito de gestão social: dilemas teóricos e políticos. **REGE – Revista de Gestão**, v.22, n.2, abr./jun., 2015a.

_____; _____. Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras. **Revista do Serviço Público**, v.66, n.2, p.257-279, abr./jun., 2015b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso humano num mundo diversificado**. PNUD, 2013.

SILVA, Francisco Raniere Moreira da. Gestão do desenvolvimento territorial em empreendimentos de habitação social no Brasil. 200 f. il, 2017. **Tese (Doutorado)** – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

WILLIAMSON, O.E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, n. 36, p. 269-296, 1991.